

POLÍTICAS PÚBLICAS, MEMÓRIAS LGBT NEGRAS E REPARAÇÃO

Jorge Luis Lopes Junior¹

Resumo: Este artigo pretende analisar a relação entre as políticas culturais e a construção do pensamento museal acerca da diversidade cultural em diálogo com as práticas comunitárias na esfera pública, tendo como objetivo elucidar os desafios que concernem os processos de institucionalização das políticas públicas para o direito à manutenção da memória da população LGBT negra.

Palavras-chave: Políticas Culturais. Memória LGBT. Identidades Negras. Museologia Social.

PUBLIC POLICIES, BLACK LGBT MEMORIES AND REPARATION

Abstract: *This article aims to analyze the relationship between cultural policies and the construction of museums and thinking about cultural diversity in dialogue with community practices in the public sphere. Its aim is to elucidate the challenges of institutionalizing public policies for the right to maintain the memory of the black LGBT population.*

Keywords: *Cultural policies. LGBT Memory. Black Identities. Social Museology.*

¹ Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto. Museólogo (COREM 1R 0654-I). E-mail: jorgelopes.contato@outlook.com.

POLÍTICAS PÚBLICAS, MEMÓRIAS LGBT NEGRAS E REPARAÇÃO

*Você nunca tem seus direitos completamente, como
pessoa, até que todos tenham seus direitos.
Marsha P. Johnson (1945-1992)²*

Neste contexto, há retrocessos materiais e simbólicos. Articulando as leituras de raça, gênero e sexualidade no âmbito das políticas públicas aplicadas na área dos museus e do patrimônio cultural brasileiro, é necessário lembrar que o debate sobre a diversidade nas políticas públicas surge no início do século XXI. Neste sentido, o discurso sobre a diversidade na Museologia e consequentemente nos museus é recente. Calabre reconhece que

A primeira década do século XXI, pode ser descrita como um momento no qual foram implementadas formas de gestão pública democrática e participativa, em diversos países da América Latina. Encontramos também uma ênfase especial para a estruturação do campo das políticas públicas de cultura, muito alicerçada na visão de que cultura é um direito de todo cidadão (Calabre, 2011, p. 11).

Dessa forma, a construção do debate acerca da diversidade cultural nesses espaços sempre foi uma pauta cara aos movimentos negros, indígenas e LGBT. A mobilização desses movimentos se articulou com base na discussão de demandas específicas em que esses grupos se pronunciavam e desejavam transformar o cenário das políticas culturais no Brasil. É importante lembrar que sempre houve uma tensão entre as reivindicações dos movimentos negros, indígenas e LGBT em oposição aos modelos eurocêntricos de desenvolvimento das políticas culturais.

No cenário museal, a implementação das políticas de inclusão da diversidade cultural cumpre um papel fundamental, promovendo discussões a fim de acionar esses temas no interior dos museus na América Latina. Entre elas, inicialmente, destaca-se o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), fundado em Portugal em 1985. Naquele momento, segundo Primo,

[...] o essencial para a Nova Museologia, era aprofundar as questões da interdisciplinaridade no domínio da museologia, facto que contrariava o saber isolado, absoluto e redutor da museologia tradicional instituída, deixando desta forma espaço para uma maior reflexão crítica (Primo, 1999, p. 12).

² Marsha P. Johnson foi uma mulher trans ativista negra de enorme importância para a luta LGBT+ nos anos 60 e 70 em Nova York. Fundou a *Street Transgender Action Revolutionaries* (STAR), que se dedicava a ajudar jovens queer sem-teto. Ela foi uma das principais articuladoras da Revolta de Stonewall, em 1969, se tornando um ícone do movimento LGBT+.

A urgência em se pensar em uma Nova Museologia surgiu no sentido de transformação do pensamento museal na América Latina. Entre 1972 e 1992, alguns profissionais da área consideraram refletir acerca das relações entre identidades, culturas, representação e políticas públicas, a fim de acolher as demandas de alguns grupos sociais. Assim, foi necessário a devida atenção aos estudos de intelectuais que partiram de uma crítica contra a hegemonia para que pudéssemos avançar. Naquele cenário, a Museologia e os museus tinham como centralidade a urgência em discutir as demandas acerca da territorialidade, das reivindicações sociais e identitárias, sugerindo uma reflexão sobre os possíveis caminhos para o desenvolvimento e enfrentamento destas questões.

Todo esse debate foi gerido na Mesa Redonda de Santiago³, e anos depois na Declaração de Québec⁴, momento em que a Museologia passava a pensar fora dos muros dos museus. Assim, instaura-se a construção de um novo pensamento museal, situado num contexto amplo de relações e processos que repercutiam de forma diferente em cada museu. É também nesse momento histórico que houve o reconhecimento da necessidade de comprometimento dos museus e profissionais da área com os movimentos de reivindicação da diversidade.

Naquele momento, numa primeira leitura poderia considerar-se que uma nova museologia se contrapunha a uma velha e arcaica museologia. Mas na verdade o que ocorreu com a “ciência” museológica, assim como em todas as outras ciências sociais é um despertar para tudo o que estava acontecendo no mundo contemporâneo, através de uma percepção mais aguçada das transformações ocorridas na sociedade e uma busca em se atualizar e agir mais contemporaneamente e, não o surgimento de uma outra museologia (Primo, 1999, p. 23).

A fim de avaliar e conceitualizar uma Museologia que se apresentasse como uma alternativa, era necessário o reconhecimento de um movimento que deveria ser incorporado na nova realidade do campo. De acordo com Gouveia e Pereira,

³ Os membros da Mesa Redonda de Santiago se reuniram para discutir sobre o papel dos museus na América Latina de hoje, analisando as apresentações dos animadores sobre os problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico, e da educação permanente, tomaram consciência da importância desses problemas para o futuro da sociedade na América Latina. O Movimento da Nova Museologia tem a sua primeira expressão pública e internacional em 1972 na “Mesa-Redonda de Santiago do Chile” organizada pelo ICOM. Este movimento afirma a função social do museu e o caráter global das suas intervenções.

⁴ A Declaração de Québec tinha como objetivo principal se colocar à disposição dos princípios humanitários definidos pela comunidade internacional. A Declaração torna-se, de certa forma, um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca. Neste sentido, este movimento desejava manifestar-se de uma forma global acerca das preocupações de ordem científica, cultural, social e econômica.

O elemento definidor que nomina essa Museologia é a centralidade que as questões sociais têm na vida objetiva das instituições. Elaboram suas narrativas em comunidades tratadas como periféricas e abordam os temas desse cotidiano, debatendo preconceitos, evidenciando lutas, conquistas e valorizando as expressões locais que têm historicamente pouca ressonância nos museus (Gouveia e Pereira, 2016, p. 731).

Entretanto, a ausência de uma leitura racializada não-heteronormativa e não-binária nos processos de construção do próprio pensamento museal, sobretudo nas práticas de reflexão sobre a diversidade na Museologia e nos museus, impossibilitou a comunidade LGBT negra, de reconstituir, salvaguardar e, conseqüentemente, acessar os registros documentais sobre as memórias da comunidade LGBT negra no Brasil.

Ao passo que políticas públicas voltadas aos LGBT seguem escassas, a maioria dos museus continuam estagnados em suas ações quando o assunto é diversidade sexual. Até mesmo iniciativas comunitárias em memória e Museologia social, museus comunitários, ecomuseus ou outras tipologias que transgrediram os pilares da Museologia convencional, ainda não questionam a violência e o direito à memória aos LGBT seja em seu edifício ou em seu território (Baptista; Boita, 2017, p. 134-135).

Sabe-se que as formas de expressão que compõem o quadro de categorias do que é/foi instituído como patrimônio cultural estão longe de incluir todas as possibilidades ou manifestações existentes.

Conforme Escobar (2014) afirma, é fundamental lembrar que a ausência de musealizações das memórias negras, de modo geral, pode ser compreendida como uma recusa do que está instituído por lei. O fortalecimento das ideias de pertencimento e identidade são campos que devem ser afirmados e tomados como base na discussão sobre o patrimônio cultural brasileiro.

A Promoção da Igualdade Racial e o ativismo LGBT no campo das políticas públicas

Alguns avanços em termos jurídicos ocorreram, e entre eles é necessário lembrar que o Estatuto da Igualdade Racial foi instituído pela Lei nº 12.288/2010, do Governo Federal, garantindo direitos fundamentais à população negra, como educação, cultura e promoção da igualdade racial⁵. Ficou estabelecido que “a produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural e a participação da população negra na história do país”. Partindo do pressuposto que os

⁵ Ver Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.html>.

museus têm recursiva relação com a transmissão de informações, através das exposições e ações educativas, cabe a estes espaços uma ampla contribuição na fruição das nossas identidades e memórias.

As reivindicações acerca do duplo preconceito vivenciado pelos corpos LGBT de negros e negras já se faziam presentes em meados da década de 1980. Em 14 de março de 1981 é fundado o Adé Dudu – Grupo de Negros Homossexuais, na cidade de Salvador (BA). O militante negro gay Edson Santos Tosta (1953-2016) apontava para a existência de particularidades de discriminação contra o negro homossexual. No mesmo ano, o Grupo de Negros Homossexuais de São Paulo (GNH-SP) tornou público o texto “Falam os Negros”, no jornal Corpo, editado pelo grupo Somos. As múltiplas vozes que compunham o Adé Dudu manifestavam contra as discriminações dirigidas ao grupo pelo fato de serem homens negros homossexuais. Em 1982, é publicado o “Diga aí, Bicha?”, documento no qual o grupo apresentou entrevistas de homens negros gays, com análise sobre as violências contra a comunidade.

Em 1984, o jornalista e pesquisador Hamilton Vieira apresenta uma comunicação sobre a história do Movimento Homossexual no Brasil, na qual ele analisa sua mobilização como parte da luta por direitos fundamentais e contra a ditadura, num evento organizado pelo Adé Dudu e pelo Grupo Gay da Bahia, o “II Encontro Brasileiro de Homossexuais”. Até o seu falecimento, Hamilton Vieira dedicou-se a projetos de educação antirracista no município de Lauro de Freitas (BA).

Cabe dizer que a continuidade dessas ações estava implicada em uma relação profunda com o poder e domínio das políticas vigentes. Naquele contexto, eram poucos os momentos em que o Estado se colocava em diálogo com a comunidade LGBT; pelo contrário, lamentavelmente, essas organizações eram alvo de repúdio, especialmente no contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil⁶. Nesse sentido, nos impressiona a coragem política e pessoal dos militantes do Adé Dudu. Entretanto, Gomes Junior nos recorda que

Infelizmente, após uma década, o grupo se desfez. Muitos militantes migraram para outros campos de atuação, outros faleceram, tornaram-se ancestralidade. Mas a experiência pioneira do Adé Dudu deixou sementes que brotaram, por exemplo, em 1995, quando, na mesma Salvador, surgiu o Quimbanda-Dudu, grupo de negros homossexuais ligados ao Grupo Gay da Bahia (GGB), que ao longo de uma década, mais ou menos, atuou em favor dos direitos humanos e contra o racismo, o

⁶ A consolidação das políticas públicas no Brasil foi fortemente atingida em diversos níveis de governo, em outras palavras, planejar e construir políticas públicas com participação social não era uma possibilidade.

machismo, a homofobia e contra a epidemia do vírus HIV e da AIDS (Gomes Junior, 2016, p. 1).

A fim de contribuir com a comunidade LGBT, surge a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA)⁷. Desde 1992, a ANTRA realiza ações em prol da vida e bem viver. Inicialmente ficou conhecida no Rio como Associação de Travestis e Liberados, a antiga ASTRAL. A missão da ANTRA é “identificar, mobilizar, organizar, aproximar, empoderar e formar Travestis e Transsexuais das cinco regiões do país para construção de um quadro político nacional a fim de representar nossa população na busca da cidadania plena e isonomia de direitos” (Assembleia da ANTRA, Teresina-PI/maio de 2009). Em todos esses anos, a ANTRA tem promovido inúmeras campanhas informativas e propostas a fim de garantir o direito das Travestis e Transsexuais brasileiras, colaborando em todos os níveis com outras redes, que trabalham com Direitos Humanos, intercambiando as experiências nas áreas de atuação de cada uma delas. Atualmente, a ANTRA é presidida pela ativista do Movimento LGBT, Keila Simpson⁸.

Historicamente, a demanda pelo reconhecimento das nossas existências está presente em todas as siglas da comunidade LGBT, muito antes que o debate chegasse aos museus. Os enfoques sobre as questões de gênero e sexualidade têm tensionado outros movimentos: no caso da relação da comunidade LGBT negra e o Movimento Social de Negras e Negros do Brasil, a crítica parte de dentro para fora. Concordo com a professora travesti Megg Rayara⁹ quando ela questiona:

Por que o Movimento Social de Negras e Negros não me abraça? Por que não me ouve mesmo quando eu grito? Por que o Movimento Social de Negras e Negros continua ignorando de forma sistemática a situação de exclusão e violência que incide sobre as existências de travestis e mulheres transexuais negras? (Rayara, 2018, p. 168).

Essa realidade está colocada para as identidades LGBT negras. A falta de apoio a nossa comunidade entre aqueles que deveriam ser nossos aliados nessa luta também é uma marca desse longo processo histórico de exclusão. Por essa razão, fora ou dentro da Museologia, no campo

⁷ Ver em <<https://antrabrasil.org/sobre/>>.

⁸ Keila Simpson é ativista do Movimento LGBT desde 1990. Líder da principal rede nacional que atua na defesa dos direitos humanos da população trans, a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA). Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Intersexos (ABGLT). Foi presidente do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT em 2013, ano em que recebeu da então presidenta Dilma Rousseff o Prêmio Nacional de Direitos Humanos pelos relevantes serviços prestados à população LGBT do Brasil. Nos últimos anos, coordenou o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT (CPDD LGBT), espaço que recebe denúncias de violações de direitos da população LGBT da Bahia.

⁹ Megg Rayara Gomes de Oliveira foi a primeira travesti negra doutora em Educação no Brasil, título obtido na Universidade Federal do Paraná (UFPR), instituição na qual leciona nos setores de graduação e pós-graduação.

teórico ou prático, a revisão das relações entre identidades, corpos e memórias tem repercutido mais recentemente, emergindo num sentido de resgate pelas tantas memórias violentadas neste país. Afinal, quais vidas negras importam?

Segundo a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO (2022),

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana. Ela implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance.

Assim, é preciso traçar um projeto ontológico (Mombaça, 2021), que inclua as nossas identidades, de modo que possamos colaborar diretamente contra a manutenção do poder das narrativas cis-heteronormativa LGBTfóbicas que nos silenciam. Segundo Pires,

O racismo se manifesta através de condutas individuais que promovem a discriminação racial nas suas mais variadas formas de violência ou através da atuação contundente de órgãos públicos e privados na expropriação da humanidade, do descarte de vidas e na mobilização desproporcional de violência sobre grupos sociais racialmente subalternizados (Pires, 2018, p. 70).

As memórias LGBT negras são alvo dessas camadas de violências, em nome daquilo que foi configurado socialmente, politicamente e economicamente em nosso país. Por essa perspectiva, penso que o processo de formação da memória coletiva atrelado às nossas identidades foi concebido como uma experiência traumática. Desse modo, a reconstrução ou o abandono total de alguns estigmas sociais leva-nos a posicionarmo-nos politicamente diante à memória social e operar nas lógicas excludentes da Museologia e dos museus. Dessa forma,

Lentamente, tal como a história oral, o corpo enquanto presença, mas enquanto recurso e agenciador de memórias têm vindo a afirmar-se. Podemos reiterar a ideia do corpo enquanto um arquivo vivo, que além de possibilitar um processo de transmissão como sendo um fim (receptário e destinatário) é igualmente um arquivo de disrupção, que contraria a lógica selectiva e de poder (um contra-arquivo) (Salazar, 2020, p. 35).

Afinal, a experiência de testemunhar as atualizações de nossas presenças e ausências é um exercício de adensamento ao campo órfico e visual, particularmente no deslocamento das nossas identidades nesse espaço criado pelas cartografias coloniais. Assim, nossos testemunhos estão sufocados pelas amarras de uma “política do esquecimento” (Seligmann-Silva, 2010, p.14) que não conseguimos até agora desmontar.

A necessidade de recordar ou esquecer está ligada à ideia de inscrição. Quando a nossa comunidade reivindica esse lugar de emancipação das narrativas sobre o corpo, o campo da memória pode ser lido como um processo do qual as representações são apenas uma parte deste sistema. Em “Epígrafe para o não esquecimento: memórias LGBT’s negras”, Lopes e Oliveira identificam que

É perceptível que há um ruído em meio aos silenciamentos das memórias negras LGBT’s nos museus públicos, nos patrimônios e em todos esses monumentos¹⁰ fincados em nome de um pacto colonial. Sendo assim, evocar nossas memórias é parte da deriva (Lopes e Oliveira, 2022, p. 187).

As reflexões acerca do racismo alinhadas à LGBTfobia parte de uma questão estrutural: as violências dirigidas às memórias LGBT negras são historicamente naturalizadas e não geram comoção pública. Sabe-se que o racismo se torna um modo de perpetuar o ciclo de privilégios e vantagens da branquitude, cujo silêncio é também pactuado por parte da população LGBT. Segundo Ramos,

As instituições condicionam o comportamento dos indivíduos e, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes. Desse modo, os conflitos raciais também são parte das instituições, que são hegemônicas por grupos raciais (homens brancos cis heterossexuais) que, utilizando mecanismos institucionais, impõem seus interesses políticos e econômico (Ramos, 2020, p. 34).

O Art. 9º do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero institui que “ninguém pode ser discriminado ou ter direitos negados por sua orientação sexual ou identidade de gênero no âmbito público, social, familiar, econômico ou cultural”; no entanto, essas lacunas podem ser percebidas no pensamento museal e na construção das políticas públicas para os direitos humanos. Ainda que com diversas limitações, importantes iniciativas foram tomadas para combater as assimetrias existentes no país e para a promoção da população LGBT. Ainda assim,

É preciso ter coragem para confrontar um modelo ilusório de proteção dos direitos humanos, que pensa a violência de forma abstrata e eventual, para que possamos construir categorias jurídicas que sejam capazes de responder a violências concretas e permanentes, estruturais e estruturantes das (im)possibilidades de reconhecimento e exercício de nossa plena humanidade (Pires, 2018, p. 68).

A primeira vez que um documento oficial do Poder Executivo brasileiro em prol da promoção de direitos humanos incluiu um item que demonstrava algum nível de preocupação em direção às pessoas com orientação sexual e identidade de gênero não hegemônicas foi em 1996, no I Programa

¹⁰ Monumento vem do latim, *monumentum*, derivado de três vocábulos latinos: *monere*, recordar ou lembrar; *memini*, lembrar-se; *mementum*, a lembrança ou recordação. *Monumentum* significa: sinal do passado; o que evoca o passado; o que perpetua o passado.

Nacional de Direitos Humanos (PNDH). No texto, a palavra “homossexuais” era um grande guarda-chuva para identidades que, na verdade, não são homogêneas¹¹.

No ano de 2003, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) foi instituída pelo Governo Federal¹², com o intuito de estabelecer os princípios da ação do Estado tendo em vista o objetivo de transformar a igualdade formal – ou seja, a igualdade de todos perante a lei – em igualdade de oportunidades e de tratamento para todos os grupos da sociedade brasileira, pelo combate às desigualdades e à discriminação racial, principalmente contra a população negra.

Ainda em 2003, ocorreu a criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural¹³ (SID) do MinC. É importante ressaltar que a criação da SID se deu na gestão Gilberto Gil, primeiro-Ministro da Cultura negro, nomeado nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Gilberto Gil, quando assumiu o Ministério da Cultura, afirmou: “temos fome e sede de cultura neste país, chegou a hora de valorizarmos o alimento espiritual”; e foi exatamente assim que o então Ministro atuou (2003-2008), tratando a memória cultural brasileira, sobretudo dos grupos excluídos pelo Estado Nacional, com respeito e dignidade. Durante a sua gestão, Gil não só valorizou as diversas manifestações culturais no país, mas ampliou e articulou inovações no campo das políticas culturais de forma comprometida com as reivindicações de “minorias”, modificando estruturalmente o setor cultural no país.

Em 2004, houve um salto importante na proteção institucional das pessoas LGBT, com o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, fruto de uma articulação entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada. O Programa teve como objetivo “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais”, mediante uma articulação entre diferentes ministérios e a sociedade civil.

O Programa Brasil Sem Homofobia previa uma série de instrumentos para a proteção das pessoas LGBT, que abrangiam áreas como a articulação política, legislação e justiça, cooperação

¹¹ Ver <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1904-13-maio-1996-431671-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

¹² Ver <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4886.html>.

¹³ A Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural tinha como objetivos garantir que os grupos e redes de produtores culturais, responsáveis pelas manifestações características da diversidade, tivessem acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias tanto por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos quanto pela cultura popular. A pasta da secretaria foi extinta no dia 21 de maio de 2021 pelo governo vigente.

internacional, direito à segurança, à educação, à saúde, ao trabalho e à cultura e políticas para a juventude, para as mulheres e contra o racismo.

Mais tarde, em 2008, aconteceu a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), com o tema “Direitos Humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais”. Na ocasião, se reuniu uma comissão organizadora abrangente composta por 16 ministérios, pela Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT e 18 representantes dos movimentos LGBT¹⁴, com a tarefa de elaborar o regimento interno da Conferência, orientar as conferências estaduais e acompanhar a organização da Conferência.

A adoção de uma Política Nacional LGBT, com o objetivo geral de “promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo” também foi resultado de avanços no âmbito das políticas públicas para a comunidade¹⁵.

Em 2012, é criado o Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo¹⁶, ou Museu da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo¹⁷, com as seguintes atribuições:

- I – garantir a preservação do patrimônio cultural da comunidade LGBT brasileira, através da coleta, organização e disponibilização pública de referenciais materiais e imateriais;
- II – pesquisar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da comunidade LGBT brasileira e, em especial, paulista;
- III – valorizar a importância da diversidade sexual na construção social, econômica e cultural do Estado de São Paulo e do Brasil;
- IV – publicar e divulgar documentos e depoimentos referentes à memória e à história política, econômica, social e cultural da comunidade LGBT e sua interface com o Estado de São Paulo (São Paulo, 2006, art. 2º).

Três anos mais tarde, em 2015, foi instituído na cidade de São Paulo, o Programa TransCidadania¹⁸, destinado à promover a reintegração social e o resgate da cidadania para travestis, mulheres transexuais e homens trans em situação de vulnerabilidade social. Ainda neste

¹⁴ Dentre os 18 representantes GLBT, havia ativistas da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais); ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais); Coletivo Nacional de Transexuais; Articulação Brasileira de Lésbicas; Rede Afro GLBT; Liga Brasileira de Lésbicas; ABRAGAY (Associação Brasileira de Gays) e Grupo E-Jovem.

¹⁵ Ver <bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html>.

¹⁶ Ver <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58075-25.05.2012.html>>.

¹⁷ Ver <<https://museudadiversidadesexual.org.br/>>.

¹⁸ Ver <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-55874-de-29-de-janeiro-de-2015>>.

caminho, é preciso dizer que no ano de 2016, após o decreto nº 8.727¹⁹, travestis e pessoas transexuais que desejam alterar o nome e gênero de registro na certidão de nascimento podem fazê-lo em qualquer cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais do Brasil, sem a necessidade da presença de advogado/a ou defensor/a público/a.

Num cenário de avanços e retrocessos constantes, houve a necessidade de se lançar no dia 18 de junho de 2020, com 24 organizações nacionais que atuam na defesa e promoção dos direitos humanos da nossa comunidade, o Conselho Nacional Popular LGBTI. O Conselho é uma articulação de resistência em resposta ao avanço do conservadorismo sobre as instituições públicas que vêm eliminando políticas de promoção da cidade e de garantia de direitos da população LGBT, conquistadas pelos movimentos ao longo das últimas décadas.

As demandas e as lutas por emancipação social e reconhecimento da diversidade, hoje, no Brasil, extrapolam a esfera do Estado. Começam a indagar e a tensionar, também, uma parte do mundo capitalista que sempre fingiu não se importar com a relação desigualdade e diversidade. Há um movimento de pressão para que as políticas públicas e o mercado se abram à diversidade e a reconheçam não só como algo próprio do acontecer humano, mas como um direito. É a força dos movimentos sociais emancipatórios e dos coletivos sociais considerados diversos e tratados como desiguais incidindo sobre a sociedade (Gomes, 2017, p. 13).

Neste sentido, a candidatura da empossada Érica Malunguinho²⁰, primeira deputada transexual, negra e nordestina eleita no país, significou um avanço não só para a comunidade LGBT do Estado de São Paulo, município no qual os índices de mortalidade de mulheres trans e travestis são os mais altos do país, mas para o cenário de fortalecimento das políticas públicas e enfrentamentos da comunidade LGBT.

A eleição de Érica aponta às parcelas conservadoras do país que nós, pessoas LGBT, temos capacidade e principalmente o direito de participar dos debates públicos que constroem e são construídos na política institucional. Conforme afirma Cardoso,

Como já sabemos, a política é um forte espaço de poder, por isso é estratégico para a população LGBT+ ocupar este espaço e ajudar a contribuir para que a sociedade brasileira seja cada dia mais democrática. No entanto, a ocupação não é sempre bem-vinda, pois boa parte das pessoas que estão há muito tempo no poder não desejam que as coisas mudem e não desejam dividir o poder. Estes grupos manifestam sua insatisfação com a presença LGBT+ na política através da violência política (Cardoso, 2022, p. 28).

¹⁹ Ver <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.html>.

²⁰ Érica Malunguinho é professora, deputada do Estado de São Paulo, atua na Luta Antirracista, Saúde, Cultura, Povos tradicionais, Comunidades de terreiro, Mulheres, População LGBTQIA+, População carcerária.

Assim, é fundamental lembrar que, em 14 de março de 2018, a ativista dos Direitos Humanos, coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa da Rio de Janeiro (ALERJ) e vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco²¹ foi executada com quatro tiros, ao que tudo indica como forma de silenciamento, devido a sua luta em defesa dos direitos dos moradores de favela, mulheres, negros e negras, LGBT's. Em "A vida e as lutas de Marielle Franco", Rocha não nos deixa esquecer que

Sua campanha foi um marco na história política da cidade. Com a bandeira de ser uma mulher, negra e favelada militante dos direitos humanos ela conseguiu o apoio de outros moradores de favelas, de intelectuais, de parte do movimento negros, de mulheres, de jovens universitários que viam naquela mulher tão diferente dos outros candidatos uma oportunidade de fazer outra política, de fazer outro mundo possível. Com o lema "Eu sou porque nós somos", a campanha de Marielle articulava ideias muito importantes para nós, como a união, a representatividade, a possibilidade de ter na política alguém que não era como os políticos tradicionais. Dos cinquenta e um vereadores eleitos em 2016, apenas seis eram mulheres e apenas um, além de Marielle, era negro. A mudança que queríamos ver na política estava expressa no corpo dela (Rocha, 2018, p. 277).

Na Museologia brasileira, os professores-pesquisadores Jean Baptista²² e Tony Boita²³ lançam a Revista Museus e Memória LGBT²⁴ em 2013, que desde então tem fomentado ações de preservação, fomento e difusão da memória LGBT, além de auxiliar no enfrentamento de violência e a superação da homofobia, machismo e sexismo.

Em 2015, ocorreu o I Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT, no Rio de Janeiro, um marco neste novo movimento que abre caminhos na Museologia brasileira. Durante o desenvolvimento do evento, alguns profissionais da Museologia questionaram o nome do evento nas redes sociais, sem nenhum pudor. De fato, associar uma área tão clássica e erudita a grupos subalternos e marginalizados deve impressionar; mas não deveria, afinal a essência de trabalhar com os museus, a memória e o patrimônio é, acima de tudo, preservar o invisível.

Em 2020, nasce a Rede Museologia Kilombola, uma organização na qual professores-pesquisadores e discentes negros, bem como museólogos e museólogas formados em distintas universidades brasileiras, "se apresentam promovendo ações que retomam através da análise crítica contextualizada e prática dos museus brasileiros, e da Museologia e suas áreas

²¹ Ver <<https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle?>>.

²² Jean Tiago Baptista é historiador e professor do curso de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

²³ Tony Willian Boita é museólogo e professor do curso de Museologia da Universidade Federal de Goiás (UFG).

²⁴ Ver <<https://memoriaslgbt.com/>>.

interdisciplinares, possibilitando reflexões sobre o direito a memória negra” (Rede Museologia Kilombola, 2021). A Rede Museologia Kilombola tem sido um lugar importante para promover debates e conectar pessoas negras que tenham relação com a Museologia, advindas de territórios quilombolas, favelas e periferias, a fim de construir novos discursos no cenário museológico, e na desconstrução dos estigmas sobre a população afro-brasileira.

O pesquisador Rafael dos Santos Machado apresenta no seu trabalho de conclusão de curso no ano de 2019, uma análise acerca das práticas e ações de Museologia Social afirmativa, voltadas para a comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Trans), desenvolvidas na CasAmor de Aracaju/SE, pelo coletivo criador do espaço.

O artista e pesquisador Gabriel Luis dos Santos Macedo de Oliveira apresenta no seu trabalho de conclusão de curso no ano de 2021, a pesquisa intitulada “Memória para existir, poder para eternizar: a Parada Preta de São Paulo - SP como performance museal afetada e bruta”, onde o autor analisa a Parada Preta de São Paulo apresentando as potências e possibilidades da comunidade LGBT negra.

A pesquisadora Geanine Vargas Escobar²⁵ propõe um projeto de Museologia Lésbica Negra que se pauta na construção inegociável da quebra dos “museus celebrativos da memória do poder” e na relação das dimensões entrecruzadas da problematização do racismo e da lesbofobia nos museus. O seu olhar está voltado as práticas de visibilização dos processos de autodefinição de experiências soterradas na colonialidade de gênero, raça e orientação sexual, tendo como foco a luta pela ampliação de epistemologias afrodiaspóricas, juntamente a um pensamento negro sexo-genérico dissidente e feminista na Museologia (Escobar, 2021).

O pensamento de Escobar se faz da maior importância, justamente quando compreendemos que os enfrentamentos vivenciados por mulheres negras e lésbicas em contextos brasileiros, são atravessados por três eixos de opressão: raça, gênero e sexualidade. Em diálogo com a discussão apresentada por Escobar, a autora Fátima Lima acrescenta à discussão os silenciamentos das questões raciais, de mulheres lésbicas racializadas, seja no movimento negro ou no movimento LGBT reiterando o lugar que essas identidades foram colocadas na vida cotidiana. Neste sentido, Lima afirma que

²⁵ Geanine Vargas Escobar é mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas e doutoranda pelo Programa Doutoral em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro (PT).

As violências sofridas por lésbicas negras e racializadas em contextos ao Sul ainda são muito pouco visibilizadas, discutidas e enfrentadas. Marcadas pelo silêncio e pela dor, suas histórias são atravessadas por diferentes formas de violências que vão desde as práticas discursivas injuriosas ao estupro corretivo, espancamentos e assassinatos (Lima, 2015, p. 68).

Sob este aspecto, é interessante analisar os dados do Atlas da Violência²⁶ de 2021, no qual se demonstrou que pessoas negras são a maioria das vítimas, independente de orientação sexual e identidade de gênero, o que se verifica também nos indicadores de violências letais referentes à população geral. Chama atenção que a desigualdade de vulnerabilidade à violência entre pessoas negras e brancas seja maior em função de identidade de gênero do que de orientação sexual, sinalizando para o fato de que políticas públicas de focalização refinada das intersecções entre gênero e raça são fundamentais para o enfrentamento às violências que atingem ambos os grupos, mas que pessoas trans negras possuem necessidades que demandam ainda mais focalização (Atlas da Violência, 2021).

Em posicionamento de resistência aos processos de violência e exclusão, o Museu de Favela, Rio de Janeiro, se apresenta como uma organização não governamental privada de caráter comunitário, tendo como missão apresentar os modos de vida dos mais de 20 mil moradores das favelas, Pavão, Pavãozinho e Cantagalo.

Em 2020, o museu acolheu o Projeto Memória LGBT em comemoração aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, tal proposta foi contemplada no II Programa de Fomento à Cultura Carioca. A iniciativa contemplará rodas de memória, oficinas, formações, exposições, publicações da RMLGBT, apresentações artísticas e Mapeamento e Inventário do Patrimônio Cultural LGBT na Favela.

Outro lugar de resistência que se fortaleceu com o avanço da museologia aplicada ao campo das políticas públicas é o centro cultural Aparelha Luzia²⁷, fundado em abril de 2016 pela ativista, artista, educadora e, já mencionada, primeira deputada estadual trans de São Paulo, Érica Malunguinho. A Aparelha insurge recuperando o valor simbólico e histórico do ativismo da comunidade LGBT negra no país.

O local se tornou uma referência importante para os corpos negros na cidade que buscam um espaço em que se sintam confortáveis e acolhidos. A programação do

²⁶ Ver <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>.

²⁷ O centro cultural ou quilombo urbano Aparelha Luzia se configura como um espaço de convivência e de circulação de artistas negros, negras e negres. O seu nome Aparelha Luzia é uma versão feminina dos aparelhos, células de resistência contra a ditadura militar de 1964, é uma homenagem a Luzia, o mais antigo fóssil humano do Brasil.

local não é escolhida ao acaso; no Aparelha Luiza, sempre há a circulação de ideias negras com referência à cultura, à identidade e a histórias ancestrais. O pensamento crítico e político sobre a condição dos negros e dos LGBTQS+ é relembrada com frequência para trazer consciência para os presentes sobre a importância daquele espaço de resistência (Batista, 2019, p. 411).

A saber, entre os anos de 2009-2013, o ativista, filósofo e drag queen peruano Giuseppe Campuzano (1969-2013), criou o projeto *Museo Travesti del Perú*, uma tentativa de propor uma revisão crítica da história do Peru sob a perspectiva estratégica de uma figura ficcional que Campuzano chama de “travesti andrógino indígena/mestiço”, no qual figuras transgêneras, travestis, transexuais, intersexuais e andróginas são postuladas como sujeitos centrais para qualquer interpretação da história.

Ainda sobre a memória de mulheres trans e travestis negras, o pesquisador Wallace Lino apresenta em seu artigo “Noite das Estrelas” os antigos shows criados por LGBT do bairro Maré, no Rio de Janeiro, durante as décadas de 80 e 90. Nas palavras do autor, “a abordagem apresenta fragmentos da pesquisa desenvolvida pelo Projeto Entidade Maré²⁸ na costura de pensamentos de intelectuais negras e negros para estabelecer a Noite como material vivo das grafias e explosões do amor, cosmopoéticas e memórias negras LGBTQ+ faveladas”.

Vale salientar que nos acervos públicos federais, estaduais e municipais de salvaguarda da memória da comunidade LGBTQ no Brasil, a presença das memórias LGBTQ negras são praticamente inexistentes. Nota-se que essa ausência reitera as lógicas excludentes da construção das políticas públicas e dos processos de musealização acerca das nossas identidades, assim evidenciando que o esquecimento das nossas memórias é sistêmico. Daí a importância de espaços como o Aparelha Luzia para manutenção e visibilização das nossas memórias.

Há uma dinâmica perversa de anulação e aniquilamento das vozes que se colocam na linha de frente destes processos; as pessoas LGBTQ negras são alvo de uma engrenagem assumidamente alimentada pelos discursos de ódio, inclusive proferidos por lideranças do atual Governo Federal.

Nessa agenda de retrocessos simbólicos e materiais no país, em 28 de junho de 2019, enquanto o movimento LGBTQ comemorava os eventos que geraram o Dia do Orgulho LGBTQ, o Governo Federal brasileiro, por meio do Decreto 9.883/2019, extinguiu o Conselho Nacional LGBTQ e

²⁸ O Projeto Entidade Maré é uma plataforma *on-line* lançada junto com a 10ª Parada LGBTQIA+ da Maré, a primeira virtual em decorrência da pandemia. O projeto foi criado por Wallace Lino, Paulo Victor e Jaqueline Andrade. O objetivo central é trabalhar a escrita territorial com foco nas narrativas de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexuais (LGBTQIA+) das 16 favelas da Maré. Ver <<https://entidademare.com/>>.

o substituiu pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação, destinado a indivíduos e grupos afetados por discriminação ou intolerância.

Com esse ato, a administração pública tornou invisível a população de lésbicas, gays, bissexuais, mulheres transexuais e travestis, homens trans e pessoas intersexos. Além de afastar as pessoas LGBT das pautas do Conselho, o decreto prevê uma composição de apenas seis membros, dos quais apenas três representam a Sociedade Civil. É uma estratégia que limita a participação da população LGBT na política institucional do país, mediante o fechamento de canais que possibilitaram o debate sobre a vida política brasileira e seu impacto na vida dessa população.

Museus, monumentos e memórias LGBT negras

A discussão até aqui realizada nos leva a afirmar que as políticas culturais e demais políticas públicas para a população LGBT, quando articuladas conjuntamente dentro dos processos museais, resultam em relações efetivamente consistentes entre as partes.

Somos chamados a problematizar o papel da Museologia e dos museus brasileiros no cenário apresentado; logo, cabe aos museólogos e sua participação nos processos decisivos e na gestão dos museus, considerar:

- I. Que os museus orientem seus discursos e planejamento institucional introduzindo a dimensão cultural das identidades LGBT negras;
- II. Que os museus desenvolvam mecanismos de fortalecimento das memórias LGBT negras e os lugares de memória dessa camada da população brasileira, como uma forma de contribuição ao processo de salvaguarda do patrimônio cultural da sociedade;
- III. Que os museus incluam no desenvolvimento de todas as suas atividades, a dimensão cultural das identidades LGBT negras para fortalecer essas memórias, a fim de promover a difusão dessas narrativas;
- IV. Que os museus promovam, a partir da educação e da mediação, a cultura LGBT negra, superando a visão artística para entender que a cultura dá sentido a formação dos cidadãos, e por fim, a formação das memórias coletivas;
- V. Que a Museologia, como campo de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, impulse a avaliação dos processos culturais da população LGBT negra brasileira como caminho

para revisar a construção do pensamento museológico e medir o seu impacto na atuação dos(as) futuros(as) museólogos(as) do país;

VI. No que tange à política de aquisição e descartes dos museus, é fundamental que os museus históricos brasileiros implementem mecanismos de acolhimento de recebimento de acervos pessoais dessa população;

VII. Que a Museologia, no Brasil e na América Latina, promova o incentivo à monumentalização das memórias LGBT negras, nos lugares públicos de memória, como forma de ação de integração social e de reparação histórica em prol dessas comunidades.

A monumentalização das memórias LGBT negras no espaço público podem dar visibilidade ao legado da memória cultural da nossa comunidade. Os monumentos, podem, portanto, funcionar como “o coração vivo da memória” (Nora, 1993).

Este movimento de revisionismos dos monumentos, pode ser visto em diferentes partes do mundo, destaca-se o *Stonewall National Monument*, presentificado no Greenwich Village de Nova York. A iniciativa partiu do *The National Park Service of New York*²⁹, no seu aniversário de 100 anos, através de um programa específico intitulado *Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Queer (LGBTQ) Heritage Initiative*, em 2014, com o objetivo de identificar lugares e eventos associados à história de americanos LGBTQ. Desde 2016, o *Stonewall National Monument* é considerado o primeiro parque nacional da América dedicado à história LGBTQIAP+.

Figura 1 - Vista do Stonewall Inn em Greenwich Village, Nova York.



Fonte: Getty Images.

²⁹ Ver <<https://www.npsa.org/advocacy/5-a-national-park-for-stonewall>>.

Figura 2 - Busto de Marsha P. Johnson esculpido pelo artista Jessie Pallotta no Christopher Park, parte do Monumento Nacional de Stonewall em Nova York, em frente ao Stonewall Inn.



Fotografia: Eli Erlick.

Os monumentos públicos garantem que a representação de pessoas LGBT estimulem a discussão acerca da comunidade LGBT negra, garantindo visibilidade às nossas histórias e a educação, denunciando os diferentes tipos de violência atribuídas aos nossos corpos e, assim, ampliando o debate público no combate às mesmas.

Considerações finais

Em termos gerais, a participação das nossas narrativas discursivas no campo museal e no patrimônio histórico-cultural, sob vias democráticas, representa a ampliação das possibilidades de práticas na atuação no campo cultural. Nesse sentido, será a partir de políticas permanentes e mutuamente estimuladores que os museus poderão se colocar efetivamente como organismos transformadores e que executam dentro de seus processos internos os direitos culturais.

Os direitos culturais são aqueles direitos atinentes às artes, à transmissão de conhecimento e a memória coletiva, havendo em todos esses uma relação entre o passado, o presente e o futuro. Desse modo, podemos conceituar os direitos culturais como sendo aqueles referentes às artes, à memória coletiva e à transmissão de saberes, que asseguram o conhecimento e o uso do passado, interferindo no presente e possibilitando planejamentos para o futuro, do mesmo modo a serviço da dignidade humana (Cunha Filho, 2011, p. 121).

Segundo o autor, as políticas culturais devem criar condições para que o pluralismo cultural se faça visto, sendo os museus espaços que promovem o acesso à cultura de diferentes grupos sociais. Em síntese, as identidades LGBT negras devem se fazer presentes no processo de

formulação e definição das diretrizes, dos programas públicos e projetos. Logo, podem assim garantir a possibilidade de propiciar o diálogo entre os museus e seus públicos. Nas palavras de Primo:

Apesar de parte dos profissionais da museologia contemporânea tentarem através da atuação e militância, aplicar o binómio de integração: comunidade/museu, uma visão tradicional ainda sobrevive contrapondo-se às mudanças de percepção do mundo e, nesta visão onde o social ainda não é privilegiado, questões como bem cultural e cidadania ainda são entendidos de forma elitista e excludente (Primo, 1999, p. 30).

Repensar a natureza dos processos que permeiam a gestão museológica e o impacto das políticas públicas como forma de explicitar o que está implicado não apenas nos programas que visam à elevação dos padrões em museus – nos planos de desenvolvimento para museus, nas estruturas legais de museus, ou nas formas de captação de recursos para que essas instituições se mantenham em pé – mas, principalmente no que concerne à realidade desses campos de estruturação nas lógicas de memória e cidadania, é um dos desafios presentes na contemporaneidade dos museus.

REFERÊNCIAS

BATISTA, P. C. (2019). O quilombismo em espaços urbanos: 130 após a abolição. **Revista Extraprensa**, 12, 377-396. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153780>>.

BAPTISTA, Jean, BOITA, Tony. Memória e Esquecimento LGBT nos Museus, Patrimônios e Espaços de Memória no Brasil. **Revista do Centro de Formação e Pesquisa e Formação**, n. 5, p. 134-135, 2017. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/11547_JEAN+BAPTISTA+E+TONY+BOITA>.

CALABRE, Lia. O lugar das políticas culturais na contemporaneidade. **Revista Contemporâneos**, nº 18, set-fev, p.11, 2018. Disponível em: <<https://www.revistacontemporaneos.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Lia-Calabre-Contemporaneos-1.pdf>>.

CARDOSO, Evorah. **A política LGBT+ brasileira: entre potências e apagamentos**. São Paulo: #VoteLGBT, 2022. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/a-politica-lgbt-brasileira-entre-potencias-e-apagamentos-votelgbt-2022/>>.

CUNHA FILHO, F.H. Integração de políticas culturais: entre as ideias de aliança e sistema. In: Lia Calabre. (Org.). **Políticas Culturais: teoria e práxis**. 1ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Itaú Cultural e Casa de Rui Barbosa, 2011, v.1, p.118-129.

ESCOBAR, Geanine Vargas. Por uma Museologia Lésbica Negra. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 61, n. 17, p. 5-41, 29 abr. 2021.

GOMES JUNIOR, João. **40 anos do Adé Dudu: a história do Grupo de Negros Homossexuais**. Portal Gelédes, On-line, 30 jun. 2021, p.1.

GOMES, N. L. (2017). Políticas Públicas para a Diversidade. **Sapere Aude**, 8 (15), 7-22. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2017v8n15p7>>.

GOUVEIA, I., & PEREIRA, M. (2016). A emergência da museologia social. **Políticas Culturais Em Revista**, 9 (2), 726–745. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/pcr.v9i2.16794>>.

LIMA, Fátima. Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. In: **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira. Salvador/São Francisco do Conde: UFBA, UNILAB, v. 4, n. 2, 2015, p. 78. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26646/16098>>.

LOPES, J.; OLIVEIRA, N. Epígrafe para o não esquecimento: memórias LGBT's negras. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 180–196, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i21.41268. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/41268>.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, p. 26, dez.-1993.

OLIVEIRA, Megg Rayara. Por que você não me abraça? **SUR** – Revista Internacional de Direitos Humanos, n. 28, v. 15, p.168, 2018.

PIRES, Thula. Racializando o debate sobre direitos humanos: limites e possibilidades da criminalização do racismo no Brasil. **SUR** – Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 15, n. 28. 2018, p. 68-70. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-thula-pires.pdf>>.

PRIMO, J. Pensar contemporaneamente a Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, 1999, v.16, n.16.

RAMOS, Alessandra. **Racismo e LGBTIfobia estrutural no Brasil**: alguns aspectos sobre o contexto de direitos humanos. In: PORTO, Isaac (org). Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil. Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020, p. 34-46. Disponível em: <https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Qual-e-a-cor-do-invisivel.pdf>.

ROCHA, Lia M. J. A vida e as lutas de Marielle Franco. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2018 - n. 42, v. 16, p. 277. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/39439/27898>>.

SALAZAR, Daniela. “Políticas E Performatividades Da Memória: Museus E Performance”. **Museologia & Interdisciplinaridade** 9, no. 18 (novembro 3, 2020): 21–41. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/34538>>.

SÃO PAULO. **Decreto nº 50.941, de 05 de julho de 2006**. Reorganiza a Secretaria da Cultura. São Paul, 2006. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50941-05.07.2006.html>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O Local do Testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 03-20. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894>>.